



AGENDA LEGISLATIVA

22 A 26 DE ABRIL DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados/do Senado Federal

Quarta-feira (24/04), 13h55

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)". Item nº 1. Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Autor: Presidência da República

VET 17/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.154/2023), que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020". Item nº 8.

Explicação: foram vetados os trechos que: (i) listava a coordenação das atividades de inteligência federal entre as competências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); (ii) transfere do Ministério dos Povos Indígenas para o Ministério das Cidades a competência de fazer o planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação das ações referentes ao saneamento e às edificações nos territórios indígenas, observadas as competências do Ministério dos Povos Indígenas; e (iii) transfere do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Segurança Hídrica e a gestão dos recursos hídricos.

Autor: Presidência da República

Quarta-feira (24/04)

CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO / Anexo II, Plenário nº 02, 14h30

Reunião de Instalação e Eleição - Finalidade: Instalação e Eleição da Mesa da CMO/2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (23/4)

OUTROS EVENTOS / Plenário - Auditório Freitas Nobre, 08h30

Simpósio - Tema: Regulação de Plataformas Digitais – A urgência de uma Agenda Essencial à Democracia.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00

REQ 78/2024 - Requer o aditamento do REQ 36/2024-CSPCCO para inclusão de palestrantes na Audiência Pública que visa “debater a efetividade das ferramentas de reconhecimento facial como estratégia de combate à criminalidade e o viés algorítmico”. Item nº 6.

Convidado:

- Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – Fenadepol.

Autor: Carlos Sampaio (PSD/SP)

REQ 92/2024 - Requer o aditamento do REQ 36/2024-CSPCCO para inclusão de palestrantes na Audiência Pública que visa “debater a efetividade das ferramentas de reconhecimento facial como estratégia de combate à criminalidade e o viés algorítmico”. Item nº 18.

Convidados:

- Diretor-Geral da Polícia Federal – DPF;
- Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF;
- Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – Fenadepol.

Autor: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 8450/2017 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço. Item nº 4.

Autor: Douglas Cintra

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, da Emenda ao Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

PL 3078/2021 - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro. Item nº 17.

Explicação: determina preferência de acesso a crédito ao financiamento de itens desenvolvidos por Startups Agro, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Autor: Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Relator: Delegada Katarina (PSD/SE)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

REQ 18/2024 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/2024. Item nº 2.

Convidados:

- 99 App;
- Uber;
- Indrive;
- AMOBITEC;
- Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho;
- Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Carlos Lupi;
- Federação Nacional dos Motoristas de Aplicativo do Brasil – FENAMAB;
- Associação de Motoristas Por Aplicativo do Brasil – AMPAB;
- Frente de Apoio Nacional dos Motoristas Autônomos – FANMA;
- Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do Rio Grande do Sul.

Autor: Josenildo (PDT/AP)

PLP 229/2019 - Altera os dispositivos 3º e 4º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2016, para tratar do microempreendedor individual - MEI. Item nº 4.

determina que, com exceção das atividades de grau de risco elevado, qualquer profissão poderá ser registrada como microempreendedor individual (MEI).

Autor: Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (24/4)

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 09h00

Audiência Pública – Tema: Aplicativos de transporte de passageiros (PLP 12/2024).

Convidados:

- Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
- Rodrigo Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado;
- Fernando Paes, Diretor de Relações Governamentais da 99 Tecnologia LTDA;
- Ricardo Leite Ribeiro, Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais da Uber do Brasil Tecnologia LTDA;
- André Porto, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec);
- Marlon Luz, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo/SP;
- Denis Moura, Presidente da Associação de Motoristas Particulares Autônomos do Rio de Janeiro (AMPA-RJ);
- João Sabino, Diretor de Políticas Públicas do iFood; e
- Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret).

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / A definir, 10h00

Audiência Pública - Finalidade: Projetos de regulamentação da reforma tributária.

Convidado:

- Bernard Appy, secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF).

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

REQ 9/2024 - Requer informações acerca da gestão financeira e dos impactos dos investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Item nº 1.

Autor: Gilson Daniel (PODE/ES)

REQ 10/2024 - Requer a realização de Seminário na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater a Lei nº 11.196/05 - "Lei do BEM" Item nº 2.

Convidados:

- MCTI;
- MDIC;
- CGU;
- Receita Federal Professores (as) dos CAT;
- Deputados atuantes em C&T;
- Senadores atuantes em C&T;
- Representantes das seguintes empresas: Itaú, Claro, Totus, Bradesco, Microsoft Fiesp Consultorias Acetta, Deloitte, Pieracciani.

Autor: Nely Aquino (PODE/MG)

PL 1430/2022 - Altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para incluir a implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica entre as aplicações de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa. Item nº 3.

Explicação: propõe que a norma legal que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) seja alterada para prever a destinação de recursos para implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Gambale (PODE-SP), pela aprovação.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 10h00

Audiência Pública - Tema: Regulamentação infraconstitucional da reforma tributária

Convidados:

- Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / A Definir, 10h05

REQ 11/2024 - Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre as perspectivas de construção e efetivação do Plano “Nova Indústria” do Governo Federal. Item nº 2.

Convidados:

- Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento Indústria Comércio e Serviços – Geraldo Alckmin;
- Presidente da Confederação Nacional da Indústria - Senhor Ricardo Alban;
- Empresária e Membro do Conselho Econômico e Social – Senhora Luiza Trajano;
- Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – Assis Melo.
- Centrais Sindicais

Autor: Daniel Almeida (PCDOB/BA)

REQ 12/2024 - Trata-se de acréscimo de convidados à audiência pública aprovada por meio do Requerimento nº 11/2024, apresentado pelo Deputado Daniel Almeida, que irá debater as perspectivas de construção e efetivação do Plano “Nova Indústria” do Governo Federal. Item nº 3.

Convidado:

- Celso Pansera, presidente do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e presidente da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento).

Autor: Nilto Tatto (PT/SP)

REQ 16/2024 - Requer a realização de reunião de Audiência Pública, para discutir o PLP 52/2022 que altera a Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014. Item nº 6.

Convidado:

- Décio Lima - Presidente do Sebrae.

Autor: Julio Cesar Ribeiro (REP/DF)

PL 554/2022 - Dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado - PROEXALTO, como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado - FIEEXALTO, a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (FICEX-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP) Item nº 13.

Explicação: propõe a criação do Proexalto com o objetivo de financiar empresas ligadas a cadeia de produção de bens de alto valor agregado direcionados à exportação.

Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Relator: Sidney Leite (PSD/AM)

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1 da CDE.

PL 1113/2021 - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que “institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências”, a fim de inserir classificação das entidades sem fins lucrativos como atividades econômicas de baixo risco. Item nº 18.

Explicação: inclui as entidades sem fins lucrativos devem ser inseridas na classificação de atividades econômicas de baixo risco de todos os entes federativos Municipais, Estaduais e Distritais.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela rejeição deste, e da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 10h15

PLP 29/2022 - Dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos Item nº 5.

Explicação: estabelece que os prazos para pagamento só se iniciam ou vencem em dias úteis, respeitando-se os feriados da União, do Estado e do Município onde for o domicílio tributário do sujeito passivo (contribuinte ou responsável tributário), bem como respeitando os sábados e domingos, independentemente da competência tributária do sujeito ativo (ou seja, deve ser observado por todos os entes federativos).

Autor: Caroline de Toni (PL/SC)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 29/2022 e do PLP nº 63/2023, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 29/2022 e do PLP nº 63/2023, apensado, com substitutivo.

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento Item nº 14.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REP/MG)

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na CFT, com substitutivo.

PL 4135/2023 - Institui a Taxa de Financiamento de Longo Prazo – TFLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo da Marinha Mercante – FMM e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga dispositivos da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Item nº 15.

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.135/2023 e da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.135/2023, com emenda, e pela rejeição da Emenda nº 1 da CFT.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 13h30

PL 1405/2023 - Altera o artigo 60 da 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Item nº 10.

Explicação: Cria novo critério de desempate ligado à iniciativas de contratação de idosos

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Flávia Morais (PDT/GO)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais, pela aprovação.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 4919/2023 - Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. Item nº 28.

Explicação Geral: veda a cobrança automática ao fim de período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. A manutenção do contrato ficará condicionada à autorização expressa do consumidor; o silêncio deverá ser interpretado como recusa.

Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)

Relator: José Nelto (PP/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. José Nelto (PP-GO), pela aprovação.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 15h30

Audiência Pública - Tema: Uso da internet para prática de crimes contra crianças e adolescentes.

Convidados:

- Aristides Moura, Representante da Microsoft Brasil;
- Juliana Cunha, Diretora Safernet;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério Público Federal;
- Rafaella Vieira Lins Parca, Coordenadora de Repressão a Crimes Cibernéticos do Departamento de Polícia Federal;
- Roberta Rios, Representante do Google;
- Tais Niffenegger, Gerente de Políticas Públicas para Segurança e Bem-estar; e
- Meta (Facebook).

Quinta-feira (25/4)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 09h00**PL 4412/2021** - Institui a Semana Nacional da Empresa Júnior. Item nº 12.

Autor: Jayme Campos

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.**CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS** / Anexo II, Pavimento Térreo, sala 31, 09h00**Audiência Pública - Tema:** Debater sobre o PLP 12/2024.

Explicação: PLP 12/2024 dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.

Convidados:

- 99 App;
- Uber;
- Lady Driver;
- Buser;
- Luiz Marinho, ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
- Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social;
- Associação Nacional dos Motoristas de Aplicativo - ANMAP;
- Associação de Motoristas Por Aplicativo do Brasil - AMPAB;
- Frente de Apoio Nacional dos Motoristas Autônomos - FANMA;

SENADO FEDERAL**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário do Senado Federal**Terça-feira (23/04)**, 13h55**PLP 35/2022** - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais. Item nº 2.

Explicação: Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir que os estados possam investir recursos próprios com objetivo de fomentar o andamento de obras de responsabilidade do governo federal, abatendo-se esses valores do montante de suas dívidas. "

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: pendente

Parecer: pendente

Terça-feira (23/04)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h00**Audiência Pública - Finalidade:** Debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023.

Convidados:

- Nelson Henrique Barbosa Filho, Diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos; e
- Carlos Antônio Vieira, Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF).

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00**PL 4849/2019** - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito,

para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Item nº 4.

Autor: Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, acolhendo parcialmente a Emenda nº 1, e contrário à Emenda nº 2.

PL 6012/2023 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes. Item nº 9.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00

REQ 9/2024 - Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Item nº 9.

Autor: Marcelo Castro (MDB/PI)

Relator: Pendente

Convidado:

- Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento.

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 12h00

REQ 25/2024 - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da comercialização de dados pessoais no Brasil, com foco na efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos Item nº 13.

Convidados:

- Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- Erotilde Minharro, Juíza do TRT da 2ª Região e Professora da Faculdade de Direito de São Bernardo;
- Victor Hugo Pereira Gonçalves, Doutor em Direito Comercial, Presidente do Instituto Sigilo;
- Valdemir Bertolo, Diretor- Presidente do Serasa Experian;
- Bernardo Grossi, Doutor pela PUC/MG em Proteção de Dados.

Autor: Leila do Vôlei (PDT/DF)

Quarta-feira (24/04)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Item nº 6.

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

REQ 50/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022,

que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”, sejam incluídos os convidados que especifica. Item nº 15.

Autor: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Relator: Pendente

Convidados:

- Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais do Google Brasil;
- Erika Alvarez, Gerente de Políticas Públicas do YouTube.

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00

Reunião - Tema: Apresentação de relatório preliminar sobre os Projetos de Lei nº 2338/2023, 21/2020, 5051/2019, 5691/2019, 872/2021, 3592/2023, 145/2024, 146/2024, 210/2024 e 266/2024, que dispõem sobre o tema “uso da Inteligência Artificial no Brasil”, com o objetivo de dar conhecimento aos senadores membros da comissão.

Relator: Senador Eduardo Gomes